

## Os E.U.A. e os curdos, uma história de Guerra Fria?

The U.S. and the Kurds, a Cold War story?

**Maria Raphaela Luchini Caldeira Campello**

Mestranda em Ciência Política

Universidade de São Paulo

maria.luchini@yahoo.com

**Recebido em:** 09/02/2020

**Aprovado em:** 19/03/2020

**Resumo:** Este trabalho foi baseado em extensa pesquisa histórica realizada sobre os povos curdos do Iraque e sua relação com o Reino Unido e os Estados Unidos da América durante o século XX. Procuramos tensionar a leitura da questão curda e sua relação com os Estados Unidos como uma história da Guerra Fria por meio de uma perspectiva de longo prazo.

**Palavras-chave:** Curdos; política externa; Guerra Fria.

**Abstract:** This work was based on extensive historical research undertaken about the Kurdish peoples of Iraq and their relationship with the United Kingdom and the United States of America during the twentieth century. We seek to tension the reading of the Kurdish issue and its relationship with the United States as a Cold War story through a long-term perspective.

**Keywords:** Kurds; foreign policy; Cold War.

### Introdução

Este trabalho se pretende um panorama da relação entre os curdos e, em um primeiro momento, a Inglaterra e, em seguida, os Estados Unidos, entre as décadas de 1930 e 1990. Buscaremos tensionar a leitura do relacionamento entre curdos e americanos como uma história de Guerra Fria, como propõe Douglas Little (2010) em *The United States and the Kurds: A Cold War Story*. De modo geral, buscaremos contar a história curda de maneira a emprestar nossos ouvidos a sua própria temporalidade. Acreditamos que o estudo da história dos curdos, por sua característica de marginalização do sistema estatal estabelecido após a Primeira Guerra Mundial e sua instrumentalização pelas potências mundiais será de grande valia para uma análise que, nos termos da História do Tempo Presente, localiza-se “na intersecção do presente e da longa duração” (DOSSE, 2012, p.6). A História do Tempo Presente, na definição de Ferreira (2000, p. 10), é o “estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades”. Segundo

Hobsbawm, a História do Tempo Presente compreende:

[...] o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (apud Ferreira, 2000, p.9, apud Bernstein, 1993, n.p.).

A história do tempo presente faz-se imprescindível, portanto, ao historiador que procura lançar novo olhar sobre o passado, muitas vezes escondido sob os cânones da produção tradicional histórica, na busca por uma compreensão mais complexa dos eventos recentes. Tal movimento é fundamental para a renovação do campo histórico, assim como o diálogo com outras ciências sociais e da natureza. Em uma via de mão dupla, determinados conceitos e ideias elaborados no seio das demais ciências do homem podem vir a colaborar com a análise histórica; paralelamente, a longa duração pode contribuir para as ciências humanas ao afastar os ruídos do tempo curto, “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 1965, p.265).

Nesse sentido pretendemos, de um lado, elaborar um debate mediante a completa obscuridade da questão curda na produção historiográfica brasileira e, por outro, romper o hiato entre a História e a análise de conjuntura internacional, que deveriam, em nosso entender, estar imbricadas. Buscaremos, assim, nos desvencilhar do enviesamento na direção da compreensão das relações entre curdos iraquianos e americanos no século XX como uma questão de Guerra Fria, como proposto por Little (2010). O relacionamento entre os curdos e os americanos, em nosso entender, deve ser compreendido sob uma perspectiva de longa duração, que leve em consideração o contexto regional — em especial a tensão entre Irã e Iraque — durante o período da Guerra Fria, mas, também, nos períodos que a antecedem e sucedem. É fazendo uso da interdisciplinaridade que buscaremos situar historicamente os curdos em uma narrativa política internacional temporalmente mais ampla.

Nesse sentido, recorreremos à História Política, sobretudo pelo diálogo que ela oferece quanto a outras áreas do saber. O ofício do historiador que se propõe aos estudos relativos ao político vem mudando rapidamente ao longo das últimas décadas. A história política primeiro passou por um período de obliúvio, em que seus métodos e práticas foram considerados ultrapassados. Ela era compreendida como aquela que se dedicava ao estudo do Estado e das instituições. Já a nova história política, seguindo o espírito de uma época em que tomavam força o marxismo, a psicanálise, as questões de classe, a democracia e o movimento operário, negava

os pressupostos promovidos pela antiga história política, considerada aristocrática, factual, subjetivista, personalizante, individualista. Em suma: obsoleta. Essa geração buscou devotar sua atenção às histórias marginalizadas pela produção da história política, isto é, histórias de minorias, dos “esquecidos da história”, (RÉMOND, 1996, p.19). O Estado perdia paulatinamente seu papel nos estudos históricos. O período entreguerras provou, no entanto, que se fazia necessária uma análise que compreendesse também as instituições políticas. A política não era determinada ou por fatores como o comportamento da sociedade ou da economia, mas antes, estas caminhavam juntas e afetavam-se mutuamente. O fenômeno da renovação do político, apontado por Rémond (1996), veio acompanhado da “expansão do político”, da ampliação de seus objetos e métodos. Assim, a história política estabelece forte diálogo com outras disciplinas, tais como a sociologia, a economia, as relações internacionais e a ciência política.

De fato, empréstimos tomados de outras ciências — como técnicas, vocabulário, problemáticas, indagações, noções e conceitos — foram imprescindíveis para que a história política passasse por sua renovação. A pluridisciplinaridade, explica Rémond, é para a História Política “como o ar que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 1996, p.29). Nesse processo a História Política deixou em segundo plano o protagonismo concedido aos Estados e seus grandes homens. Emerge uma História Política que “pretende integrar todos os atores — mesmo os mais modestos — do jogo político, e que se atribui como objeto a sociedade global” (RÉMOND, 1996, p.33). Ampliam-se as fontes, ampliam-se os sujeitos e objetos: a História passa por uma virada epistemológica. “O político” passa a ser compreendido como “tudo aquilo que constitui a polis e que vai além do campo imediato da competência partidária e pelo exercício do poder, da ação governamental do dia-a-dia e da vida ordinária e das instituições” (ROSANVALLON, 2003, p.20, tradução nossa<sup>1</sup>).

A história é, portanto, o laboratório do tempo presente, não apenas uma ferramenta da compreensão de seu plano de fundo. Assim sendo, “a atenção aos problemas contemporâneos mais explosivos e mais urgentes não pode se dissociar de uma meticulosa reconstrução de sua gênese” (ROSANVALLON, 2003, p.27, tradução nossa<sup>2</sup>). Essa reconstrução é o método

---

<sup>1</sup> de todo aquello que constituye a la polis más allá del campo inmediato de la competencia partidaria por el ejercicio del poder, de la acción gubernamental del día a día y de la vida ordinaria de las instituciones.

<sup>2</sup> la atención a los problemas contemporâneos más explosivos y más urgentes no puede disociarse de una meticulosa reconstrucción de su génesis.

fundamental para que se empreenda uma análise política de profundidade: o diálogo incessante entre presente e passado, interrogando o primeiro e entendendo o segundo, torna possível a leitura do processo constitutivo das sociedades e do mundo. Assim, a História toma seu lugar ao lado das Ciências Sociais, nutrindo-se de sua produção, mas, paralelamente, investigando com particular minúcia seu ângulo morto. Desta forma, a interseção entre a História e as Relações Internacionais não surpreende. O próprio Rosanvallon chama atenção para a necessidade de um olhar histórico sobre as RI que busque explicar o fenômeno da proliferação de conflitos étnicos e religiosos. Para ele, um paradoxo essencial nos ajuda a compreender esse fenômeno: o declínio do Estado-nação, como forma social, esconde-se atrás da multiplicação de Estados-nação. Conflitos que costumavam dar-se e resolver-se dentro do Estado tomam forma de secessão, conflitos identitários que transpassam fronteiras. Trata-se de um importante fenômeno que testa os limites do contrato social. Para analisá-lo é necessário conjugar a análise interna do político à análise externa.

É precisamente nesse sentido que uma abordagem interdisciplinar se faz necessária, e que se mostra frutífero o ângulo da longa duração. Como disse Braudel (1992, p.42), “sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua ‘totalidade’; cada uma invade o domínio de suas vizinhas, crendo permanecer em casa”. Nesse sentido, o autor ressalta a importância da dialética da duração, isto é, a oposição entre “o instante e o tempo lento a escoar-se” (BRAUDEL, 1992, p.43). A história seria a soma de todos esses tempos possíveis, uma “coleção de misteres e de pontos de vista” (BRAUDEL, 1992, p.53) do passado, presente e futuro. Como afirma Hobsbawm (1998), há alguma verdade em afirmar-se que toda história é história contemporânea disfarçada. O erro historicizante seria, justamente, escolher uma em detrimento de outra. Para compreender o mundo é preciso “definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois apreender de novo uma constelação de conjunto” (BRAUDEL, 1992, p.54), isto é, conhecer para, em seguida, contrastar historicamente, distinguindo fenômenos efêmeros e longos movimentos. Cada momento contém em si esses dois movimentos de extensão distinta: “o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (BRAUDEL, 1992, p.54).

Embebidos que estamos nestas três lógicas, a dizer, da História do Tempo Presente, da longa duração e da História Política, buscamos tensionar uma visão excessivamente confinada

na Guerra Fria como paradigma explicativo da conduta internacional dos Estados Unidos durante o século XX. Debruçando-nos sobre a documentação do *Foreign Relations of the United States* (FRUS), além de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outros, buscaremos argumentar que tal paradigma não é capaz de traduzir a realidade senão imperfeitamente.

### **Autonomia e impérios**

A derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial trouxe seu desmembramento e sepultou definitivamente a autonomia da qual os curdos gozaram desde que passaram a integrá-lo entre os séculos XV e XVI. A divisão territorial promovida pelos países vencedores transformou as áreas ocupadas pelos povos curdos em quatro Estados distintos: Iraque, Síria e Turquia, além do Irã, a antiga Pérsia. As antigas províncias otomanas de Bagdá, Mosul e Basra se tornaram um mandato da Sociedade das Nações, sob responsabilidade do Reino Unido. A Síria, por sua vez, ficava sob administração francesa. O Tratado de Versailles confiava a tutela desses povos, “não ainda aptos a dirigir-se sozinhos” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, tradução nossa<sup>3</sup>) no mundo moderno, às nações desenvolvidas, que tinham uma “missão de civilização sagrada” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, tradução nossa<sup>4</sup>).

O sistema de mandatos era a epítome do liberalismo econômico preconizado pelos Estados Unidos, potência emergente após a guerra, e acatado pela Sociedade das Nações — inclusive por uma relutante Inglaterra em declínio, que via esvair-se paulatinamente seu domínio colonial tradicional. O mundo westfaliano viria a ser reorganizado de acordo com os predicados liberais americanos que previam algum tipo de controle do povo sobre as instituições nacionais, ainda que sob tutela estrangeira. A Inglaterra deveria reestabelecer a ordem internacional, sob a égide do princípio liberal da soberania que determinava a criação de um Estado moderno e democrático. A obrigação da Grã-Bretanha de zelar pelo bem-estar das múltiplas comunidades presentes do território do Iraque foi estabelecida no documento de esboço dos termos dos mandatos de 1921, tais quais estabelecidos pela Sociedade das Nações. Segundo o oitavo artigo desse documento, o mandatário deveria garantir um ambiente livre de discriminação por raça, religião ou língua. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1921)

---

<sup>3</sup> des peuples non encore capables de se diriger eux-mêmes

<sup>4</sup> une mission sacrée de civilisation,

Apesar dessas recomendações, Jordi Tejel (2014) descreve a política da Grã-Bretanha quanto aos curdos como “ambígua”. Enquanto as minorias buscavam proteção contra projetos estatais homogeneizantes, os ingleses dependiam do apoio de grupos e coletividades locais para consolidar sua presença na região. A Grã-Bretanha viu-se crescentemente dependente de sheiks de importância local ao passo que se confrontava com uma população influenciada pelo novo discurso liberal. Em tais circunstâncias, em 1918 um acordo entre os *Political Officers* e os notáveis do distrito de Sulaimaniya, no Norte do Iraque, estabeleceu um governo provisório curdo sob a liderança do sheik Mahmoud Barzinji (segundo o autor, restrições financeiras impediriam a Grã-Bretanha de ocupar militarmente essa área). Paralelamente, entre 1918 e 1923, no Sul, foi estabelecido um governo curdo sob supervisão direta de conselheiros britânicos. As visões dos ingleses quanto ao método administrativo a ser adotado para os curdos divergiam. Enquanto alguns oficiais acreditavam em um modelo de controle direto, outros apostavam em uma administração autônoma.

Após receber apoio dos britânicos e, em seguida, desencorajamento, Barzinji logo se convenceria de que não havia espaço para a autonomia curda em um país predominantemente árabe. De fato, a Grã-Bretanha encontrava-se comprometida com a criação, apoio e aconselhamento de um Estado árabe independente na área do Iraque. (DODGE, 2005) De sua parte, insuflados pela penetração de princípios liberais, vários grupos minoritários passaram a se rebelar contra o Mandato Britânico a partir de 1920. Em 1922, o sheik Mahmoud se autoproclamou governador geral do Curdistão. Em pouco tempo suas forças foram massacradas pelo exército e a aeronáutica ingleses. Após um curto período de exílio, Mahmoud retornou ao Iraque, onde seria nomeado novamente governador do “Curdistão”, território nos arredores de Sulaimaniya, pretendendo liberar o restante do território. A Grã-Bretanha, juntamente com o governo iraquiano, declararia, em 1922, que “o governo iraquiano reconhece os direitos nacionais dos curdos de coexistir dentro do Estado iraquiano e de formar um governo autônomo no Curdistão” (TEJEL, 2014, p.30, tradução nossa<sup>5</sup>). Cinco meses depois dessa declaração, entretanto, o Alto Comissariado Britânico no Iraque ordenou o bombardeamento de Sulaimaniya, que se tornou a primeira cidade iraquiana a ser alvo da Royal Air Force.

Esse episódio, gostaríamos de destacar, foi o primeiro de muitos desse tipo que

---

<sup>5</sup> le gouvernement irakien reconnaît les droits nationaux des Kurdes de coexister dans le cadre de l'État irakien et de former un gouvernement autonome au Kurdistan.

aconteceriam durante o século XX: a Inglaterra exercia seu poder hegemônico aliando-se estrategicamente com curdos — e outras minorias — quando era de seu interesse, buscando garantir a estabilidade da região como um todo — e, em seguida, virando-lhes as costas. Buscaremos ilustrar, ao longo das próximas seções, como um comportamento semelhante foi apresentado pelos Estados Unidos quando coube a este tomar decisões quanto aos curdos.

### **Fim do mandato**

Barzinji comandou uma série de rebeliões durante a década de 20, que chegaram a culminar em ações de guerrilha armada na década seguinte. Ao fim dessa década, a aliança com os curdos não apresentava vantagens substantivas para os britânicos. A província de Mosul — onde petróleo atraía interesse inglês — havia sido anexada ao território iraquiano em 1925, tornando a questão curda de menor relevância estratégica. Para além disso, o Mandato havia sido reformulado e formalmente substituído por um tratado de aliança, instaurando um sistema de “aconselhamento”, em seguida de “inspeção”, cuja duração estava condicionada à resolução das questões com a Turquia. A Grã-Bretanha, frente à crise de Chanak, em 1922 (quando a Turquia tentou recuperar territórios ocupados pelos Aliados, expulsando tropas gregas e entrando em conflito com ingleses e franceses na zona neutra), à forte resistência do Rei Faisal, da elite iraquiana e das populações iraquiana e britânica, à oposição de parte do parlamento inglês à extensão do Mandato e, sobretudo, ao seu declínio econômico, diminuía paulatinamente sua influência sobre o Iraque, sob comando de uma Sociedade das Nações que exigia que o Estado que se erguesse fosse eficiente e liberal — consequentemente, cada vez mais pautado pelo princípio da soberania. (DODGE, 2005)

Tornava-se cada vez mais evidente o desafio de conciliar a tutela sobre o Iraque, de certa maneira herança do colonialismo imperial britânico, com a missão de fundar um Estado soberano, que exigia atender aos interesses do Rei e da elite de Bagdá. A Grã-Bretanha se confrontava com as contradições entre o sistema de mandatos e as transformações no sistema internacional, cada vez mais baseado no Estado unitário e soberano. As consequências disso passavam pelo nacionalismo iraquiano<sup>6</sup>, que exacerbava o conflito na política britânica. As tensões do processo de construção nacional levaram, em 1932, à produção do quase-Estado do

---

<sup>6</sup> Neste trabalho entendemos o nacionalismo como definido por Gellner (1993, p.11): “princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Nesse sentido, pode ser tanto um sentimento quanto um movimento, ambos motivados por tal princípio.

Iraque, que se tornou detentor de independência *de jure* enquanto membro da Sociedade das Nações. O novo poder estatal, entretanto, era constituído por uma elite sunita amplamente desarmada e despreparada para lidar com a multiplicidade étnica dentro do território iraquiano. Mais do que isso, despreparada para lidar com populações crescentemente liberais e nacionalistas.

A Inglaterra, contudo, não poderia mais arcar com a criação de um Estado liberal nos moldes determinados pela Liga das Nações. O Império inglês, na década de 1930, começava a dar sinais de franca decadência, e a crise econômica colocou em xeque a capacidade dos britânicos de garantir o equilíbrio do mercado mundial, sinalizando para sua dissolução após a Segunda Guerra Mundial — o golpe final na hegemonia britânica.

### **Virada hegemônica**

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de novidades para o cenário internacional. Os Estados Unidos saíram fortalecidos e assumiram o posto de grande potência ocidental, enquanto a Europa se recuperava do esforço de guerra. Nesse momento, observa-se uma virada hegemônica, em que os EUA assumem o posto de estabilizador de sistema econômico mundial debilitado pela crise econômica de 1929 e pela guerra. Por consequência, aumentava o interesse americano em assuntos de países estrangeiros, enquanto a influência britânica lentamente declinava. Paralelamente, a União Soviética saía fortalecida da Segunda Guerra e se alçava ao posto de maior potência do Oriente, expandindo sua zona de influência e inaugurando décadas de disputa com os Estados Unidos — período conhecido como Guerra Fria. O mundo passou a ser o palco em que se apresentavam as rivalidades entre EUA e URSS. O Oriente Médio não foi exceção. (DODGE, 2005) (KINDLEBERGER, 1986)

No Iraque pós-guerra, as várias minorias se articularam crescentemente contra a autoridade central e em torno de ideais nacionalistas. Mulla Mustafa Barzani, prestigioso líder tribal, fundou em 1946 o Partido Democrático do Curdistão (KDP) e passou a se preparar para uma revolta pela autonomia, reivindicando os territórios de Kirkuk, Suleimaniyah, Erbil, Dohuk e Khanaqin, sob os auspícios de um ministro de assuntos curdos. Derrotado, juntou-se à República de Mahabad, proclamada em 1946 por Qazi Mohammed, no Irã. O gérmen da República de Mahabad havia surgido no vácuo de poder iraniano causado pela invasão anglo-soviética de 1941, que buscava assegurar o abastecimento de petróleo dos Aliados. O xá Reza Shah, por conta de suas relações amistosas com a Alemanha nazista, havia sido deposto e

substituído por seu filho, Reza Pahlavi. Enquanto as tropas do xá sucumbiam, trataram de vender ou render suas armas às tribos das montanhas, como os curdos. Foi na ampla área entre as forças britânicas e soviéticas, no vácuo deixado pelos iranianos em fuga, que os curdos puderam colocar em prática seus planos de autonomia. Para manter a república, entretanto, Mohammed dependia de apoio soviético. Assim, às vésperas da retirada da URSS desse país e do Azerbaijão — marcada para seis meses após a vitória sobre o Japão —, os diplomatas americanos confirmaram que unidades soviéticas de dirigiam a Mahabad e à fronteira com o Iraque.

O apoio soviético, entretanto, se provaria mais estratégico que ideológico. A petrodiplomacia soviética os havia levado a apoiar Mahabad; essa mesma política levou a uma rápida retirada quando o governo iraniano prometeu acesso ao petróleo em Azeri. Para a administração americana, ficava aparente que o movimento de Qazi Mohammed, apesar de ter recebido apoio soviético, era nacionalista, não comunista. Paralelamente, a União Soviética firmou com o Irã sua retirada do país em 1946 — em grande parte por pressão dos países ocidentais —, inviabilizando a experiência de autonomia dos curdos, que eram dependentes do apoio econômico e militar dos soviéticos. Sozinhos, não eram capazes de enfrentar as forças do xá, que aumentava sua pressão sobre os curdos. O ano de 1946 marcou o fim da República curda. De sua parte, Barzani retornou ao Iraque, onde foi perseguido e levado a buscar refúgio na União Soviética. (LITTLE, 2010) (ROOSEVELT, 1947)

O Iraque, por sua vez, via seu regime ameaçado desde 1936, com uma série de tentativas de golpe de Estado. A forças armadas tentaram tomar o poder seis vezes nos cinco anos que se seguiram à morte do Rei Abdulaziz Faisal, que deixou o irmão no trono. Finalmente, em 1958, o coronel Abdul Karim Qassim, apoiado pelos Oficiais Livres, promoveu um golpe de Estado contra a monarquia, tomando Bagdá, assassinando a família real e pedindo apoio soviético. Os Oficiais Livres propunham um governo republicano, reforma agrária limitada e política externa neutra. O novo governo retirou o Iraque da Zona Esterlina — encerrando a dependência entre o dinar, moeda local, e os bancos britânicos —, proclamou a Lei n. 80, que concedia ao Iraque mais de 99,5 por cento das concessões da Companhia de Petróleo Iraquiana, retirou o país do Pacto de Bagdá, anulou o acordo militar de 1954 com a Grã-Bretanha, reconheceu a República Popular da China e retomou relações diplomáticas com a União Soviética, seguindo-se acordos culturais e comerciais. Devido ao frágil apoio que recebia da maioria árabe, que desaprovava sua

recusa a juntar-se à República Árabe Unida (UAR), proclamada em 1958 pelo Egito e a Síria, Qassim foi levado a buscar outras fontes de sustentação política. De um lado, se aproximou do Partido Comunista Iraquiano; de outro, convidou Barzani de volta ao Iraque, propondo um autogoverno, em um contexto de descentralização, mas não autonomia, temendo que ela levasse à secessão. (GHAREEB, DOUGHERTY, 2004)

Uma vez em casa, entretanto, Barzani passou a pressionar o novo governo a conceder autonomia total aos curdos, o que significaria autonomia dos campos de petróleo em Mosul e Kirkuk. Com a negativa do governo, o líder comandou suas tropas (conhecidas como *peshmergas*) contra Qassim em setembro de 1961. Este passou a acreditar que Barzani e os curdos estavam articulados com os Estados Unidos, que por muitos anos vinha tentando derrubar o novo governo. Efetivamente, o partido de Barzani, o KDP, foi dissolvido em setembro de 1961. (LITTLE, 2010)

As preocupações de Qassim não parecem ser infundadas. Em 1962 Barzani entrou em contato com Roy Melbourne, o *chargé d'affaires* americano em Bagdá, pedindo aos americanos apoio ao movimento revolucionário por meio de dinheiro e armas. Em contrapartida, Barzani oferecia-se para expurgar do movimento “quaisquer pessoas que consideremos suspeitas” — sem especificar de que se tratavam as suspeitas —, cooperar com os árabes conservadores (trazendo o Iraque de volta para o Pacto de Bagdá) e oferecer informação total sobre a política interna e os desenvolvimentos militares no Iraque curdo e árabe. Barzani declararia preferir pedir ajuda aos EUA que à URSS; entretanto, os curdos estavam sendo massacrados (NORING, LAFANTASIE, 1995)

As tensões políticas no interior do Iraque, contudo, escalaram mais rápido do que o previsto. Em 8 de fevereiro de 1963, autoridades americanas afirmaram que o Partido Baath Socialista Árabe parecia ter tomado o poder no país. O Baath havia se desenvolvido primeiramente na Síria, no entreguerras, como um movimento de libertação nacional oposto à elite síria e francesa. Logo tornou-se um movimento de massa caracterizado pelo panarabismo<sup>7</sup>, socialismo e anti-imperialismo. Havia chegado ao Iraque tardiamente, na década de 1950. Até 1958, o partido abrigava poucas centenas de membros. (FATTAH, CASO, 2009)

---

<sup>7</sup> O panarabismo preconiza a unificação de todos os países do mundo árabe. Está diretamente conectado ao nacionalismo árabe, que vê os árabes como uma única nação, e é amplamente anti-ocidental.

Avaliando que o novo governo não parecia ter aspirações comunistas e que os prospectos pareciam de melhora nas relações entre os EUA e o Iraque, os americanos se apressaram em reconhecer o golpe de Estado no dia 2 de fevereiro de 1963. Um pedido formal de reconhecimento do novo regime seria enviado no dia seguinte, pelo diplomata Dean Rusk, ao presidente Kennedy. (NORING, LAFANTASIE, 1995)

Essas relações, contudo, iriam se estremecer devido às reivindicações de Barzani, que acreditava que a recompensa por ter enfraquecido o governo de Qassim deveria vir na forma de autonomia aos povos curdos. Em correspondência oficial, diplomatas americanos em Bagdá afirmaram que a questão curda seria o problema mais sério do governo central. Caso os baathistas não atendessem minimamente às demandas curdas, retomada das revoltas parecia muito provável, o que poderia acarretar ações de guerrilha com possível apoio da União Soviética. (HOWLAND, PATTERSON, 1999)

Apesar de suas promessas e das recomendações americanas, os baathistas atacaram o território curdo em junho do mesmo ano, sem maiores reações da parte dos EUA, que consideravam a questão curda um problema interno e vinham evitando intervenção direta no Iraque, mesmo que mantendo sua presença na região. Ainda em novembro de 1963, entretanto, os baathistas seriam tirados do poder pelo general Abdul Salam Arif e um grupo de oficiais anti-baathistas que tinham uma postura mais conciliadora em relação aos curdos e estabeleceram um cessar-fogo. (LITTLE, 2010)

Nesse período os curdos se voltaram aos EUA pedindo ajuda — via um terceiro Estado — caso as disputas voltassem a ocorrer. À época, Barzani requisitou uma visita ao Departamento de Estado para apresentar seu caso. Ainda que representantes curdos não fossem “não bem-vindos” (*not unwelcome*), a resposta dos EUA foi negativa. (HOWLAND, PATTERSON, 1999)

No entanto, a questão curda parece ter assumido maior importância na agenda americana no ano seguinte. Em 23 de abril de 1965, um memorando interno de inteligência referente ao Irã celebrava o comprometimento do xá Reza Pahlavi com os Estados Unidos, apesar de ter feito gestos amistosos à União Soviética. Sua preocupação principal era a expansão de atividades pró-Nasser<sup>8</sup> no Golfo Pérsico. “Isso deu origem a um aumento na atividade iraniana no Oriente

---

<sup>8</sup> Gamal Abdel Nasser foi um oficial do exército egípcio, primeiro ministro e presidente, além de fundador da República Árabe Unida (1958-1961), da qual fizeram parte Egito e Síria. Nasser defendia uma unidade islâmica que expulsaria os britânicos do Oriente Médio e extinguiria Israel, país com que foi à guerra duas vezes, tornando-se

Médio, na forma de provisão de ajuda a rebeldes curdos no Iraque, ajuda a monarquistas iemenitas, e cooperação com Israel em questões de segurança (...)” (HOWLAND, PATTERSON, 2000, tradução nossa<sup>9</sup>). Segundo a inteligência americana, “O xá ajuda dissidentes curdos no Iraque porque ele acredita que tal ajuda mantém o Iraque fraco e, portanto, menos capaz de ajudar seu inimigo, Nasser”. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1998, tradução nossa<sup>10</sup>).

Os Estados Unidos haviam feito um acordo de ajuda militar — inédito para os EUA até então — de cinco anos com o Irã. Apenas para os anos de 1970 e 1971, a assistência prevista era de 100 milhões de dólares americanos. A proximidade dessa relação e a sua importância para os interesses americanos no Oriente está amplamente documentada, tanto na correspondência interna entre agentes americanos, quanto entre os dois países. Essa proximidade seria essencial para que a ajuda israelense (na forma de armas, dinheiro e treinamento) também pudesse entrar em território iraquiano. De fato, enquanto durou o cessar-fogo (com ocorrências esporádicas de violência), os dois países se articularam ativamente para armar e orientar os curdos. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

No ano de 1967, a forte e armada presença dos curdos no Iraque significava a concentração das tropas iraquianas no Norte. Assim, as chances de que eles se envolvessem no conflito árabe-israelense<sup>11</sup> (deflagrado no mesmo ano pela UAR) ou que se voltassem para problemas no Golfo, como as tensões com o Kuwait, eram reduzidas. O xá era o principal rival de Bagdá, e o Irã se sentia humilhado pelo vizinho desde 1937, com as restrições ao uso do canal do Xatalárabe, que conectava o Golfo Pérsico a um porto iraquiano e um iraniano. Apoiar os curdos significava, portanto, aumentar a pressão sobre o Iraque. Esse apoio envolvia ajuda militar, financiamento em espécie e algum tipo de salvaguarda no lado iraniano da fronteira com o Iraque aos rebeldes. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

Apesar dos interesses de seu principal aliado na região, os Estados Unidos negariam sucessivos apelos por apoio direto da parte de Barzani, entre 1969 e 1972. O chefe chegou a

---

um dos mais célebres e articulados proponentes do panarabismo.

<sup>9</sup> This has given origin to greater Iranian activity in the Middle East in the form of providing aid to Kurdish rebels in Iraq, aid to Yemeni royalists, and cooperation with Israel on security matters

<sup>10</sup> The Shah aids Barzani's Kurdish dissidents in Iraq because he believes that such help keeps Iraq weak and thus less able to help his enemy, Nasser.

<sup>11</sup> Conhecido como a Guerra dos Seis Dias, levou ao rompimento das relações entre os Estados Unidos e o Iraque

dizer, segundo fontes americanas, que “gostaria de ver o Curdistão se tornar o 51º estado” (BELMONTE, KEEFER, 2006, tradução nossa<sup>12</sup>). Entretanto, os americanos se tornariam crescentemente preocupados com o estreitamento das relações entre o governo Baath que se instalou em Bagdá em 1968, sob comando do presidente Ahmed Hassan al-Bakr, e a União Soviética. Desde 1958, não mais o Ocidente, mas a Europa do Leste e a União Soviética vinham sendo os patrocinadores da economia iraquiana. Mais de um bilhão de dólares em assistência militar foram concedidos pela URSS e o leste europeu, enquanto 830 milhões foram destinados à ajuda econômica. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

A princípio tentou-se um acordo de autonomia entre o governo central e os curdos, em 1970 — para o descontentamento do xá, que manifestou a Washington sua preocupação, considerando-se, também, a retirada da Inglaterra do Golfo Pérsico, anunciada para 1971. Antes que fosse firmado, entretanto, tornou-se claro que não era possível dividir as receitas de petróleo de Kirkuk entre o Curdistão e o resto do Iraque, levando ao desacordo entre Barzani e o governo central. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

Em 1972, ano em que o Baath promoveu a nacionalização do setor de petróleo iraquiano, buscando independência do Ocidente, o Baath já era considerado um inimigo pelos EUA. A melhor maneira de combatê-lo, sem se envolver diretamente, era patrocinar a oposição. O SAVAK, serviço de inteligência iraniano, considerava que Barzani era a única figura em torno da qual uma oposição efetiva ao Partido Baath poderia ser organizada. Apenas em fevereiro de 1970, a assistência iraniana e israelense havia sido de 3.360.000 dólares americanos, segundo relatório dos EUA (BELMONTE, KEEFER, 2006). Por considerar a ajuda dos aliados suficiente, a posição dos EUA era de evitar, tanto quanto possível, o envolvimento direto. (FATTAH, CASO, 2009)

Os americanos tinham, entretanto, motivos para que sua preocupação com os curdos aumentasse. Em 9 de abril, o Iraque e a União Soviética assinaram um tratado de amizade e cooperação, de duração de quinze anos, em que era garantida ajuda soviética em termos políticos, econômicos, científicos e militares. Essa aproximação foi coordenada por Saddam Hussein, que era “virtualmente o rei do aparato de segurança”<sup>13</sup> e “homem forte”<sup>14</sup> da política iraquiana.

---

<sup>12</sup> would like to see Kurdistan become the 51st state

<sup>13</sup> virtual king of the Iraqi security apparatus

<sup>14</sup> strongman

(BELMONTE, KEEFER, 2006)

Mais além, em primeiro de junho, o Iraque estatizou, sem indenização para os investidores americanos, britânicos, holandeses e franceses, a Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, localizada em Kirkuk. Se as perdas diretas americanas não eram expressivas, a nacionalização poderia ter efeitos deletérios a longo prazo, caso outros exportadores de petróleo seguissem o exemplo iraquiano, afetando a balança comercial americana diretamente, além de ameaçar a Europa.

O interesse americano no Iraque e, por consequência, nos curdos, não era estritamente uma questão de petróleo, ou da influência soviética sobre Bagdá. A ação dos EUA sobre o Iraque durante a Guerra Fria não era apenas uma questão de Guerra Fria, ou, em outras palavras, a “questão soviética” era apenas uma das variáveis que compunham o cenário maior de interesses geopolíticos, nos quais outros atores, como o Irã, também exerciam grande peso. Tal qual a Inglaterra antes deles, os Estados Unidos se viram em posição de tomar decisões estratégicas com base em um amplo cenário geopolítico regional. O *chief of mission* do Iraque, Arthur L. Lowrie, assim coloca em correspondência com o Departamento de Estado:

É claro que há as reservas enormes de petróleo da Mobil e da Esso e, mesmo, reservas maiores em potencial (...) Entretanto, os EUA não precisam do Iraque *per se*, nem de seu petróleo. O que nós precisamos, acredito, é a aparência de desenvolvimento ordenado e estabilidade pelos próximos dez ou vinte anos no Golfo e na Arábia Saudita para garantir acesso do Ocidente ao petróleo. O Iraque, por causa de sua localização geográfica, seu papel como importante produtor de petróleo e sua vulnerabilidade política deve, portanto, ser de interesse considerável para nós. Isso seria verdade mesmo se os soviéticos não tivessem, pelas mesmas e adicionais razões, feito dele um de seus maiores alvos na área (U.S. Interests Section, [Memorandum], 21 out. 1972, Bagdá [para] Department. In BELMONTE, M. KEEFER, E., 2006, tradução nossa<sup>15</sup>)

Menos de um mês depois, no dia 30 de junho de 1970, em uma reunião em Washington, os EUA sinalizaram estar inclinados a ajudar. Os curdos pediram apoio moral, de inteligência, financeiro e militar. O apoio financeiro deveria ser suficiente para sustentar uma ofensiva militar

---

<sup>15</sup> There are, of course, Mobil and Esso and Iraq's huge oil reserves and even larger potential reserves [...] Yet the U.S. does not need Iraq *per se* nor its oil. What we do need, I believe, is a semblance of orderly development and stability over the next ten or twenty years in the Gulf and Saudi Arabia to insure Western access to the oil. Iraq, because of its geographic location, its role as a major oil producer, and its political vulnerability, must, therefore, be of considerable interest to us. This would be true even if the Soviets had not for the same and additional reasons made it one of their major targets in the area.

com o objetivo de derrubar o governo baathista:

Ou ao menos prender a maioria das forças militares iraquianas em um combate indefinido buscando eliminar o regime iraquiano enquanto uma ameaça controlada pelos soviéticos aos interesses americanos e do mundo e seus aliados na área<sup>16</sup> (Memorandum of Conversation, Washington, 5 jul. 1972. *In* BELMONTE, M. KEEFER, E., 2006)

Richard Helms, diretor da CIA, solicitou então que fossem enviados detalhes de suas necessidades militares e financeiras, para que os americanos pudessem considerá-las prontamente. Disse, entretanto, que seria difícil fornecer equipamento militar diretamente, sem que seu envolvimento se tornasse conhecido por outras partes, sugerindo que pudesse ser enviado via Irã<sup>17</sup>, e pediu — ao que os representantes de Barzani acataram — completo segredo sobre o novo relacionamento.

No dia 28 do mês seguinte, Helms e Richard Kennedy, então assistente adjunto de planejamento do Conselho de Segurança Nacional para a presidência, enviaram a Henry Kissinger (à época assistente da Presidência para questões de segurança nacional) uma proposta de intervenção, considerando pertinente fornecer assistência encoberta aos curdos em um momento em que a deterioração das relações entre a União Soviética e o Egito poderia favorecer o estreitamento das relações com o Iraque — país que a URSS poderia transformar definitivamente em um Estado-satélite. A assistência financeira seria oferecida diretamente e anualmente, enquanto a militar, na forma de armas e munições, passaria pelo Irã. Em um documento sem data, Kissinger transmite a anuência do presidente Richard Nixon para as sugestões de Helms e Kennedy, aprovando um plano de assistência financeira e militar que totalizava 5 milhões de dólares para aquele ano. A ajuda seria suficiente para manter os curdos em posição defensiva, mas suficientemente pequena para que pudesse ser mantida em segredo. A maior fonte de financiamento dos curdos, chegando à casa das centenas de milhão, vinha da parte do Irã. (BELMONTE, KEEFER, 2006)

De sua parte, Pahlavi, no Irã, vinha centralizando cada vez mais o poder, reprimindo a oposição e ganhando maior influência no cenário internacional como grande produtor de petróleo — se aproximando dos Estados árabes e assumindo uma posição de liderança na OPEP

---

<sup>16</sup> or at least tying up the majority of Iraqi military forces in indefinite combat in order to eliminate the Iraqi regime as a Soviet-controlled threat to American and free world interests and allies in the area”

<sup>17</sup> A assistência seria fornecida pelo Irã e outra parte cuja identidade não foi revelada pelo documento, apenas parcialmente desclassificado

—, o que levou a um rápido processo de expansão econômica e modernização política. Em 1973, o Iraque já havia sinalizado querer negociar uma *détente* no conflito com o vizinho, que se dava em torno da revogação unilateral, por parte do Irã, em 1969, do tratado de 1937 que estabelecia a fronteira entre os países. Arthur Lowrie, *principal officer* do Iraque, considerava a reaproximação benéfica para a geopolítica da região. Isso poderia significar, inclusive, o afrouxamento dos laços com a União Soviética e incentivar a independência iraquiana. Com a rápida escalada da guerra e o crescente apoio financeiro e militar do Irã no ano de 1974, entretanto, a necessidade de um acordo com o vizinho se tornava mais urgente para o Baath. Para o Irã, o sucesso das empresas militares iraquianas sobre o Curdistão significava que ele deveria abandonar os curdos ou aumentar significativamente seu subsídio. Em 6 de março de 1975, durante reuniões da OPEP, Reza Pahlavi e Saddam Hussein discutiram termos de acordo sobre a demarcação e segurança das fronteiras terrestres e fluviais. O governo americano avaliou que Hussein havia feito grandes concessões — incluindo de território iraquiano que dava acesso ao Xatalárabe — para que pudesse conter definitivamente a ajuda iraniana aos curdos.

Barzani, desprestigiado pelo acordo, renunciou, e nenhum comandante curdo parecia apto a tomar a liderança. Sem o apoio iraniano e sob forte ataque de Hussein, a resistência curda dissolveu-se em grande parte, enquanto a liderança do KDP foi exilada. Em 4 de junho de 1975, impulsionada pelas rápidas mudanças na geopolítica regional, a CIA confirmou o término do programa de assistência aos curdos. Neste mesmo ano, em setembro, Israel e Egito assinaram o Tratado Provisório de Sinai, sinalizando para um possível fim pacífico para o conflito árabe-israelense que estava na origem das negociações iniciadas em 1973, na Conferência de Genebra. A Síria, entretanto, se recusava a participar das negociações, representando um obstáculo para seu desfecho positivo. Nesse sentido, um Iraque forte, inimigo da Síria, começou a aparecer como uma possibilidade interessante para os Estados Unidos. (BELMONTE, KEEFER, 2012) (SHAREEF, 2014)

Em 17 de dezembro do mesmo ano, Kissinger se reuniu com o ministro de relações exteriores iraquiano, estabelecendo contato entre Iraque e Estados Unidos pela primeira vez em muito tempo e buscando a normalização das relações. Uma das exigências para que isso acontecesse era que os EUA negassem ajuda no presente e futuro para as forças do KDP. A condição foi aceita.

Após armar, financiar e incentivar os curdos por anos, os Estados Unidos, lembrando a

postura da Grã-Bretanha antes deles, deram as costas para seus aliados, que vieram a ser silenciosas vítimas da política de arabização de Saddam nos anos subsequentes. O colapso da Revolução de Barzani (como é conhecida entre os curdos) levou Bagdá a aumentar sua pressão sobre a área curda. O objetivo de Saddam passava a ser redesenhar fisicamente o mapa do norte do Iraque, removendo curdos rebeldes das áreas que tradicionalmente ocupavam e os transferindo forçosamente para novas áreas sob a supervisão das forças armadas. Em 1975, o governo iniciou uma campanha de arabização de áreas curdas, destruindo centenas de vilarejos em meados dos anos 1970 nas regiões de Nineveh, Dohukk e Diyala, onde havia significativas reservas de petróleo, e subsequentemente impondo restrições à moradia e trabalho de curdos na região de Kirkuk. Paralelamente, povos árabes do sul do Iraque foram encorajados a se mudarem para o norte, mudando a distribuição de etnias na região tradicionalmente curda, enquanto curdos foram conduzidos à força para áreas desérticas do Sul, onde deveriam se tornar fazendeiros. Na prática, muitos morreram de fome e de calor, em um ambiente amplamente inóspito. Entre 1977 e 1978, o Iraque deu início a um *cordon sanitaire* na fronteira norte que, se começou com uma terra-de-ninguém de cinco quilômetros, logo atingiu trinta, afetando sobretudo a região Suleimaniyeh. Apenas na primeira onda de “limpeza” de fronteiras, cerca de quinhentos vilarejos foram destruídos.

### **O fim da Guerra Fria**

Isolados politicamente e enfraquecidos, os curdos permaneceriam fora da agenda americana até a década de 1980. Neste período, a política externa norteamericana quanto ao Oriente Médio e Golfo foi obrigada a passar por um processo de remodelagem, frente às mudanças políticas no contexto regional (SHAREEF, 2014). Em 1979, o Irã, aliado histórico dos Estados Unidos na região, converteu-se em um califado islâmico sob comando do aiatolá Ruhollah Khomeini, cujas guerrilhas avançaram sobre o exército e depuseram o xá Mohammad Reza Pahlavi durante a Revolução Iraniana em 11 de fevereiro de 1979, marcando o fim de um conflito que havia se iniciado no ano anterior. O novo governo era hostil à antiga aliança entre este e os Estados Unidos. Os americanos, por sua vez, passaram a buscar uma nova política de segurança regional baseada no balanceamento estratégico de atores regionais. O Iraque, nesse contexto, se converteu em um importante aliado em potencial, com quem os americanos passam a buscar crescente cooperação. Neste país também houve uma mudança importante de liderança: Saddam Hussein, líder secular, assumiu a presidência do Iraque e a chefia do Baath em 16 de

julho de 1979. Estes movimentos seriam fulcrais para o relacionamento entre americanos e curdos, como veremos mais adiante.

Hussein e os baathistas acreditavam que o novo governo iraniano, encabeçado por xiitas, era uma ameaça para o Iraque, cuja população, majoritariamente xiita, começava a organizar-se em grupos de oposição baseados em religião e etnias. Com esses desafios em mente, Hussein banuiu o partido Dawa e executou seu líder, o aiatolá Muhammad Baqir al-Sadr, e sua irmã. Esse evento suscitou o descontentamento de Khomeini, que ameaçou convocar os xiitas iraquianos a depor o regime baath. Em resposta, Hussein exilou cerca de 40.000 xiitas iraquianos e decidiu atacar o Irã antes que este fosse capaz de mobilizar curdos e xiitas contra o regime, consolidar seu poder e espalhar a Revolução Islâmica. Em 22 de setembro de 1980, Saddam Hussein invadiu o vizinho ganhando apoio de várias potências ocidentais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, dando início a Guerra Irã-Iraque. Saddam responsabilizou o Irã pelo início do conflito, por ter supostamente violado o acordo de Algiers e lesado o Iraque. (HOLDEN, 2012)

Os americanos incentivaram o governo iraquiano (por meio de informações de inteligência, passadas aos sauditas para transmissão a Bagdá, que minimizavam deliberadamente a capacidade bélica do vizinho), a promover o ataque que deflagraria uma longa guerra. As eleições presidenciais americanas, durante e a crise dos reféns americanos detidos em Teerã, foram determinantes que os EUA incentivassem Bagdá a pressionar o governo iraniano. Subestimando os recursos e capacidades do Irã, Saddam engajou o país em uma guerra que se estenderia por oito anos, o mais longo (e mais custoso) conflito entre dois países até então.

Os Estados Unidos (e a União Soviética) optaram, a princípio, por declarar neutralidade no conflito. Entretanto, os avanços realizados pelos iranianos, sua demonstração de independência quanto aos EUA e à URSS e a resolução da crise dos reféns americanos fizeram com que os americanos se inclinassem cada vez mais em direção ao Iraque — com consequências deletérias para seus antigos aliados curdos. Também o fez a União Soviética, apesar de prezar por uma atitude não explicitamente anti-iraniana, temendo perder a relação pacífica com o Estado que quebrava a corrente de pró-americanos em suas fronteiras. De sua parte, os americanos não poderiam admitir uma vitória iraniana, que poderia ter consequências devastadoras para os preços de petróleo mundiais. Se vencedor, o Irã poderia persuadir as monarquias do Golfo a aderir a seu plano de cortar a produção de petróleo para aumentar seu preço e transformar, assim, a região em um pólo industrial e tecnológico, além de fundar um

Mercado Comum do Golfo — passo inicial para um mais amplo Mercado Comum Islâmico. Nos estágios iniciais da Guerra, os Estados Unidos retiraram o Partido Baath da lista de organizações terroristas, retomaram relações diplomáticas com Bagdá e estabeleceram um plano de cooperação econômica que chegou a oferecer crédito de aproximadamente um bilhão de dólares por ano para a compra de *commodities* americanas. (KARABELL, 1995) (GOLAN, 1990)

O apoio de Washington culminou, nos anos finais da guerra, no envio de tropas navais que formavam virtualmente um segundo *front* contra a República Islâmica. (HIRO, 1991) As forças armadas americanas destruíram plataformas de petróleo iranianas no Golfo Pérsico, afundaram canhoneiros iranianos e provocaram a queda, supostamente acidental, de um avião de carreira pertencente ao Irã. (FATTAH, CASO, 2009). Mais ainda, o relatório Riegle<sup>18</sup>, apresentado em 1994 diante do U.S. Senate Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs, informa que foram encontradas evidências convincentes de que os Estados Unidos, pelo menos desde 1985 (quando se iniciam os registros) forneceu ao Iraque materiais licenciados de duplo uso — isto é, um legítimo e um ilegítimo —, os quais contribuíram para o desenvolvimento, por parte do Iraque, de programas de sistemas de mísseis, armas químicas e biológicas. Esses programas incluíam precursores de agentes de guerra química; planos de instalações de produção de agentes de guerra química e desenhos técnicos (fornecidos como planos de instalações de produção de pesticidas); equipamento de enchimento de ogivas químicas; materiais relacionados à guerra biológica; equipamento de fabricação de mísseis; e equipamento de orientação para sistemas de mísseis. Mais além, os relatores constatam que:

As forças armadas dos Estados Unidos planejaram o uso de armas químicas e biológicas pelo Iraque: discutindo a ameaça química/biológica nas avaliações de ameaças pré-guerra; designando instalações de produção química/biológica como alvos prioritários de bombardeio; atribuindo uma prioridade muito alta às unidades de mísseis SCUD; e conversando com os laboratórios nacionais dos EUA sobre os riscos associados aos bombardeios das instalações de armas químicas, biológicas e nucleares. (RIEGLE, D'AMATO, 1994, tradução nossa<sup>19</sup>)

O Iraque dependia de outros países para fornecer equipamento, homens e valores

---

<sup>18</sup> Oficialmente intitulado *U.S. Chemical and Biological Warfare-Related Dual Use Exports to Iraq and their Possible Impact on the Health Consequences of the Gulf War*

<sup>19</sup> The United States military planned for the use of chemical and biological weapons by Iraq by: discussing the chemical/biological threat in pre-war threat assessments; designating chemical/biological production facilities priority bombing targets; assigning a very high priority to SCUD missile units; and, conferring with the U.S. national laboratories about the hazards associated with the bombings of the chemical, biological, nuclear weapons facilities.

vultosos em empréstimos, que consolidariam sua dependência com relação a Estados ocidentais. A ajuda estrangeira foi um dos grandes responsáveis pela capacidade do governo iraquiano de arcar com os custos de uma guerra bilionária e altamente letal, cujas vítimas não foram apenas forças iraquianas. Após um período de relativa paz, com o deslocamento das forças armadas iraquianas para o *front* com o Irã, os curdos iraquianos entraram novamente na mira de Saddam, quando negociações de parceria entre as forças de Talabani (líder curdo que competia com Barzani) e Saddam implodiram devido à questão de Kirkuk. Entre 1987 e 1989, esses povos foram alvo de uma ofensiva brutal de Bagdá.

Em 1988, utilizando-se do financiamento externo, durante os últimos estágios da guerra contra o Irã, o regime arrasou milhares de vilarejos, destruiu a economia rural e a infraestrutura local e assassinou dezenas de milhares de civis. A investida contra os curdos se tornou conhecida como Campanha de al-Anfal<sup>20</sup>. Dela, fizeram parte dois eventos de grande brutalidade e repercussão internacional. O primeiro foi um ataque químico à cidade curda de Halabja, próxima à fronteira com o Irã, que ocasionou milhares de mortes. Autoridades iranianas conduziram uma exposição do local do massacre à imprensa internacional. O relatório de George Black, da ONG *Human Rights Watch* — sobre sua investigação de campo sobre o massacre — assera que:

a ilusão persistiu, alimentada inicialmente por relatórios da inteligência americana, que inicialmente ‘inclinou-se’ fortemente na direção de Bagdá durante a Guerra Irã-Iraque de 1980-1988, de que ambos os lados foram responsáveis pelo ataque químico em Halabja (BLACK, 1993, p.1, tradução nossa<sup>21</sup>)

Segundo a investigação da entidade, essa seria uma falsa impressão: o testemunho de sobreviventes estabelece, “acima de qualquer dúvida” (BLACK, 1993, p.1, tradução nossa<sup>22</sup>), que o ataque de Halabja foi uma ação iraquiana, motivada pela breve captura da cidade pelos *peshmargas*, em parceria com a Guarda Revolucionária Iraniana.

O segundo evento foi o êxodo de entre sessenta e oitenta mil refugiados curdos das montanhas de Badinan, na fronteira com a Turquia, devido a ataques químicos — golpe final da

---

<sup>20</sup> *Al-Anfal* é uma palavra de significado religioso: é o nome da oitava suna do Corão, onde Maomé recebe uma revelação às vésperas da primeira batalha da fé muçulmana. Na suna, é expressa a vontade de deus de levar o terror ao coração dos infiéis. Na ocasião, 319 muçulmanos exterminaram 1000 descrentes de Meca.

<sup>21</sup> Even so, the illusion has long persisted, fostered initially by reports from the U.S. intelligence community, which "tilted" strongly toward Baghdad during the 1980-1988 Iran-Iraq War, that both sides were responsible for the chemical attack on Halabja.

<sup>22</sup> beyond reasonable doubt.

campanha de Anfal. No *front* com o Irã, havia sido declarado um cessar-fogo, o que deu às forças armadas iraquianas o impulso de que precisavam para sua última investida, que contou com cerca de duzentos mil homens. A *Human Rights Watch* e a *Middle East Watch*, entre outras entidades e países, reconhecem a campanha de al-Anfal como genocídio: trata-se do primeiro registro de um governo utilizando armas químicas contra sua própria população.

Apesar da repercussão da tragédia ocorrida com seus antigos aliados, os EUA não deixaram de apoiar Saddam Hussein enquanto o Irã representava maior ameaça para seus interesses na região. Gostaríamos de frisar a importância desse movimento de aproximação seguida de afastamento estratégico dos EUA em relação aos curdos no que diz respeito à nossa narrativa de longa duração. Dificilmente se poderia afirmar que teria sido a primeira vez que uma potência mundial se aproximou e se afastou dos curdos de acordo com seus interesses na geopolítica mais ampla do contexto médio-oriental.

A escalada de Saddam Hussein, entretanto, passou a perturbar os EUA quando, em 1990, tropas iraquianas invadiram o Kuwait. Na ocasião, os americanos reiteraram sua posição de não estabelecer contato com a oposição iraquiana, a despeito da oferta de cooperação militar e de inteligência feita por Jalal Talabani, líder do partido curdo União Patriótica do Curdistão (PUK). (SHAREEF, 2014) Apesar de não se envolver com a oposição iraquiana, passaram a se aproximar de um inesperado aliado durante a crise no Golfo: a União Soviética.

É certo que a Guerra Fria é um fenômeno cujo princípio e fim são de difícil demarcação temporal. Seu fim, ao contrário daquele da União Soviética, não teve uma data: foi, antes, um gradual processo que se ancorou nas mudanças internas — econômicas, políticas e sociais — da URSS, que se iniciaram na segunda metade da década de 1980. A avaliação das condições domésticas e internacional levou o governo de Mikhail Gorbachev a buscar a normalização das relações com o Oeste. A corrida armamentista, em meados dos anos 1980, havia se tornado economicamente insustentável: as reformas de Gorbachev só poderiam ser levadas a cabo com a redução de investimentos no complexo industrial-militar. No âmbito internacional, a debilidade de seus aliados e uma guerra sem saída no Afeganistão tornaram evidente a incapacidade do país de alcançar paridade estratégica com seus adversários. Para os soviéticos, o final da década de oitenta significou completa reestruturação da política exterior. (GORODETSKI, 2014)

O caso da crise do Golfo permite observar as novas direções que tomou a política

externa soviética, assim como as relações entre soviéticos e americanos. A invasão e anexação do Kuwait por Saddam Hussein obrigou Moscou a reavaliar as relações estabelecidas pelo Tratado de Amizade e Cooperação. Gorbachev não apenas adotou uma postura contrária a Hussein, tentando influenciar o regime por vias diplomáticas como podia (colocando-se do mesmo lado dos Estados Unidos) como buscou cooperação ativa com os americanos. Em 9 de setembro de 1990, os presidentes George Bush e Mikhail Gorbachev encontraram-se em Helsinki, na Finlândia, para discutir a situação no Golfo Pérsico.

Em coletiva de imprensa, divulgada na íntegra pelo *The New York Times* no dia seguinte, os governantes reafirmaram sua crescente cooperação. Quando indagados sobre o aprofundamento de seus entendimentos mútuos, ambos expressaram seu otimismo quanto ao relacionamento. Bush responde ao repórter que “certamente tem havido um (...) interesse mútuo em desenvolvimento ao longo dos anos” (THE NEW YORK TIMES, 1990, tradução nossa<sup>23</sup>), e que estar lado-a-lado com a União Soviética e demais países nas Nações Unidas seria uma óbvia manifestação do desenvolvimento desse entendimento. Ainda segundo o presidente americano, “(...) as diferenças persistem. Mas o solo comum, em minha opinião, pelo menos, surge à frente dessas diferenças. E nós continuaremos a cooperar com o presidente Gorbachev”. (THE NEW YORK TIMES, 1990, tradução nossa<sup>24</sup>)

Queiramos ou não, a história determina que muito vai depender de os dois países poderem trabalhar juntos. Essa não é a nossa ambição, é apenas o rumo que a história tomou. Então, longe de excluir tal possibilidade, temos a intenção de cooperar com todo tipo de país também, mais e mais. É assim que vemos nosso papel no desenvolvimento mundial. (...) Só poderemos ter sucesso se trabalharmos juntos e resolvermos nossos problemas juntos. É isso que está emergindo dessas negociações, e que nós consideramos seu aspecto mais importante. (THE NEW YORK TIMES, Confrontation in the Gulf; Transcript of Bush-Gorbachev News Conference at Summit, 1990, tradução nossa<sup>25</sup>)

Os EUA e a União Soviética passaram, então, a buscar uma solução coletiva para a crise no Golfo, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia 2 de

---

<sup>23</sup> there has been a (...) developing mutual understanding over the years

<sup>24</sup> (...) differences still remain. But the common ground, in my view, at least, surges ahead of these differences. And we will continue to cooperate with President Gorbachev

<sup>25</sup> Whether we want it or not, history dictates that a lot is going to depend on whether the two countries can work together. That's not our ambition, it's just the way that history has gone. So far from excluding such a possibility, we intend to cooperate with all sorts of other countries as well, more and more. That's how we see our role in the world developing (...). We can only succeed if we work together and solve our problems together. That is what is emerging from these negotiations, and that we consider the most important aspect.

agosto, mesmo dia da invasão de Hussein, o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reuniu para o primeiro dos encontros que resultariam na autorização, por meio da resolução 678, para que os Estados-membro, em cooperação com o governo do Kuwait, usassem de todos os meios necessários para defender e implementar a decisão 660 e decisões subsequentes, e restaurar a paz e segurança internacionais. No dia 16 de janeiro de 1991, sob a resolução 678, uma coalizão de trinta países, liderada pelos Estados Unidos — que já havia estacionado tropas na Arábia Saudita —, iniciou bombardeios no Iraque e no Kuwait — que, a esta altura, havia sido formalmente anexado ao Iraque.

Em 15 de fevereiro, em um discurso na Associação Americana de Avanço Científico, Bush declarou que, além das resoluções das Nações Unidas, havia “outro caminho para que o derramamento de sangue acabe” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 1991, tradução nossa<sup>26</sup>): o levante do povo e exército iraquianos contra Saddam Hussein, obrigando-o à renúncia e ao cumprimento das resoluções das Nações Unidas. Fontes secundárias apontam que nove dias depois, *The Voice of Free Iraq*, uma emissora de rádio clandestina controlada pela CIA, comandou a deposição do tirano. No mês seguinte, enquanto o exército iraquiano se retirava descoordenadamente, milícias xiitas se insurgiram em Basra, enquanto *peshmergas* empurravam as tropas de Saddam para fora das cidades curdas. (LITTLE, 2010) (FATTAH, CASO, 2009)

Entretanto, com a retirada completa de Hussein do Kuwait, anunciada em 28 de fevereiro, a resistência interna tornou-se menos interessante para os Estados Unidos. No dia primeiro de março, Richard Haass, assistente especial de Bush e diretor sênior do National Security Council for Near East and South Asian Affairs, foi contactado sobre uma revolta em território iraquiano. A resposta de seu gabinete foi que a política americana era a derrubada de Saddam, não do regime. Sua intenção era fazê-lo sem o envolvimento da oposição — inclusive a curda —, por meio de um golpe militar que fosse capaz de sustentar a integridade nacional sem criar problemas para o Egito, Turquia e Arábia Saudita. A Turquia temia um levante dos curdos; o Egito e a Arábia Saudita, um xiita. Quando, no mesmo mês, Saddam Hussein lançou uma ofensiva arrasadora contra o território curdo, os Estados Unidos se abstiveram de tomar parte no conflito. (SHAREEF, 2014)

Contudo, o deslocamento em massa dos curdos provocado pelo ataque de Hussein levou

---

<sup>26</sup> another way for the bloodshed to stop

as Nações Unidas, a pedido do Irã, Turquia e França, a aprovarem a resolução 688, pedindo o fim das agressões dentro do Iraque. Derivou-se daí um *safe haven* na região curda, com uma *no fly zone* patrocinada pelos Estados Unidos, Reino Unido e França. A *Operation Provide Comfort*, como foi batizada, tinha um objetivo declarado estritamente humanitário. Entretanto, existiu também um elemento político, na medida em que impedia que os curdos morressem em uma rebelião que os Estados Unidos incentivaram e que, em seguida, foi deixada para seu próprio colapso, em uma atmosfera política largamente hostil. Mais do que isso, a operação tinha como alvo principal não os curdos, mas sim, Saddam, que era mantido sob controle e enfraquecido. Talabani teria descrito o período de 1991 a 1998 como insignificante para as relações entre os curdos e os Estados Unidos. (SHAREEF, 2014)

Podemos verificar aqui comportamento similar ao que os Estados Unidos haviam tido em relação aos curdos durante o auge da Guerra Fria. Mais uma vez, observa-se o incentivo à ação, seguido de surdez para suas consequências. Os curdos continuaram figurando como um elemento secundário nas considerações do governo dos Estados Unidos, cuja relevância era função da geopolítica da região. Durante este episódio a União Soviética, que já vinha remodelando sua política externa, estava em franca decadência, e não parece ter exercido influência expressiva sobre as considerações dos Estados Unidos quanto aos curdos. Mais do que isso, houve cooperação entre as duas potências que comandavam a Guerra Fria bilateralmente e no âmbito das Nações Unidas, explicitando a dissolução da rivalidade que marcou as décadas anteriores.

### **À guisa de conclusão**

A disputa entre Estados Unidos e URSS foi apenas uma forma com que se manifestou o problema mais antigo do uso da “carta curda” (como é chamada em vários documentos americanos) pelas potências ocidentais que dominaram a região desde a dissolução do Império Otomano. Nossa pesquisa, que também faz uso das lentes da longa duração, buscou situar a relação do Ocidente com os curdos em uma perspectiva mais ampla que aquela proposta por Douglas Little (2010), cuja narrativa se inicia na década 1940. Partindo do estudo do Mandato britânico, demonstramos que a política de alianças com os curdos, seguida de abandono abrupto, não foi uma exclusividade dos Estados Unidos durante a Guerra Fria: na verdade, comportamento semelhante pode ser encontrado no hegêmona que o antecedeu, a Inglaterra, que também fez uso da carta curda para atingir seus objetivos na região. Mais além,

demonstramos que mesmo durante a Guerra Fria, período que estudamos em sequência, ainda que a parceria entre o Iraque e a União Soviética (que tomou a forma do tratado de cooperação de amizade de 1975) fosse um fator relevante para os americanos, era apenas um dos fatores a serem considerados para a formulação da política externa americana na região; não era, contudo, o principal deles. Nos próprios termos de membros da administração americana, mesmo se a União Soviética não se interessasse pelo Iraque pelas mesmas razões que tinham os americanos, as particularidades geopolíticas da região a tornavam de importância para os americanos. Curiosamente, apesar de analisar o mesmo conjunto de documentos, Little não menciona o memorando da *U.S. Interests Section* que coloca a questão dessa forma. Ao analisar, portanto, o mesmo período (a saber, o do auge da Guerra Fria) chegamos a conclusões distintas.

Ficou indicado, igualmente, que parecemos fazer uma leitura diferente daquela de Little acerca da influência da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética sobre a condução de política externa deste primeiro durante os anos finais da URSS. Nosso trabalho foi realizado enquanto um esforço inicial no sentido de rever as perspectivas dominantes no campo das humanidades sobre o que entendemos como a Guerra Fria, a partir de uma leitura de longa duração da questão curda. Argumentamos que o fim da Guerra Fria não pode ser entendido como concomitante ao fim da União Soviética, e que esse entendimento pode levar a análises originais dos desdobramentos políticos entre os anos de 1989 e 1991. Afastamo-nos, assim, de marcos factuais rígidos que servem à periodização histórica. Este é um dos fatores que diferencia nossa análise daquela de Little, apesar de nos debruçarmos, novamente, sobre o mesmo período. Argumentamos que, na prática, a política externa da URSS passou por um rápido processo de remodelagem, que atingiu outras esferas da política, economia e administração soviéticas, antes de seu colapso ao fim de 1991. Quando da Guerra do Golfo, os dois países — ao menos publicamente — já estavam em bons termos e cooperaram ativamente para conter a ameaça mútua que representava Saddam Hussein durante a invasão do Kuwait. Com o aval da União Soviética, os Estados Unidos e as Nações Unidas comandaram sanções econômicas e ações militares que culminaram na expulsão das tropas iraquianas do Kuwait. Assim, as atitudes dos Estados Unidos no último estágio da Guerra do Golfo dificilmente poderiam ser atribuídas a uma política de Guerra Fria.

Longe de serem exceções à ordem normal ou fruto de circunstâncias políticas e históricas particulares, advindas da rivalidade entre superpotências no âmbito global, ações de alinhamento

e incentivos seguidas por ruptura e abandono fazem parte do jogo da política e da guerra. No caso estudado, são reflexo das considerações estratégicas de potências cujos interesses no Oriente Médio e no Iraque são múltiplos e de diferentes origens. Sem buscar implicar que a disputa entre Estados Unidos e União Soviética não exerceu impacto sobre a maneira como se deram as relações entre americanos e curdos, afirmamos é que essa disputa é apenas um dos elementos, nem forçosamente necessário, nem suficiente, orientador da política externa americana. Em nosso entender o relacionamento entre os curdos e os EUA não deve ser tratado estritamente como uma história de Guerra Fria — mesmo aqueles capítulos da história que se desenvolveram durante o período que a literatura chama de Guerra Fria. Despir-nos de tais lentes nos parece útil para um tratamento adequado da questão.

### Referências bibliográficas

- BELMONTE, Monia. KEEFER, Edward. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1969–1976**. Washington, Government Printing Office, 2006. v. E-4. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve04>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- BELMONTE, Monica. KEEFER, Edward. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1969–1976**. Washington, United States Government Printing Office, 2012, v. XXVII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v27>. Acesso em 14 de novembro de 2019
- BLACK, George. **Genocide in Iraq: the Anfal campaign against the Kurds**. Human Rights Watch, 1993. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1993/iraqanfal/>. Acesso em 12 de setembro de 2019
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, 1965.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, **Iraq: The Stagnant Revolution**. 1968. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp85t00875r002000160010-8>. Acesso em 12 de setembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 660 (1990)**. New York, 2 de agosto de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/94220?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 661 (1990)**. New York, 6 de agosto de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/94221?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolution 678 (1990)**. New York, 29 de novembro de 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/102245?ln=en>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

DODGE, Toby. **Inventing Iraq**: The failure of nation building and a history denied. Columbia University Press, 2005.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1989 - 1993: George W. Bush). **Remarks to the American Association for the Advancement of Science**. Washington, 15 fev. 1991. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2709>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

FATTAH, Hala. M.; CASO, Frank. **A brief history of Iraq**. New York, Infobase Publishing, 2009.

FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa, Gradiva, 1993

GHAREEB, Edmund; DOUGHERTY, Beth. **Historical dictionary of Iraq**. Maryland, Scarecrow Press, 2004.

GOLAN, Galia. **Soviet Policies in the Middle East**: From World War Two to Gorbachev. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

HIRO, Dilip. **The longest war**: the Iran-Iraq military conflict. London, Psychology Press, 1991.

HOBBSAWM, E. O presente como história. **E. Hobsbawm, Sobre la Historia**. Barcelona, Crítica, 1998.

HOLDEN, Stacy E. **A documentary history of modern Iraq**. University Press of Florida, 2012.

HOWLAND, Nina. PATTERSON, David. (ed.) **Foreign Relations Of The United States 1964–1968**. Washington, Government Printing Office, 1999. v. XXII, Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v22>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

HOWLAND, Nina. PATTERSON, David. (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1964–1968**. Washington, Government Printing Office, 2000. v. XXI. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v21>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

KARABELL, Zachary. Backfire: US Policy Toward Iraq, 1988-2 August 1990. **Middle East Journal**, Washington, v. 49, n. 1, p. 28-47, 1995.

KINDLEBERGER, Charles et al. **The world in depression, 1929-1939**. Berkeley, University of California Press, 1986.

LITTLE, Douglas. The United States and the Kurds: A Cold War Story. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 63-98, 2010

NORING, Nina; LAFANTASIE, Glenn (ed.). **Foreign Relations Of The United States 1961–1963**. Washington, Government Printing Office, 1995. v. XVIII. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v18>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

- RIEGLE, Donald W.; D'AMATO, Alfonse M. **The Riegle Report: US chemical and biological warfare-related dual use exports to Iraq and their possible impact on the health consequences of the Gulf War**, v. 3, p. 2013, 1994. Disponível em: [https://gulflink.health.mil/medsearch/FocusAreas/riegle\\_report/report/report\\_s00.htm#INTRODUCTION](https://gulflink.health.mil/medsearch/FocusAreas/riegle_report/report/report_s00.htm#INTRODUCTION). Acesso em 18 de julho de 2019.
- ROOSEVELT, Archie. The Kurdish Republic of Mahabad. **The Middle East Journal**, Washington, v. 1, n. 3, 1947.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por una historia conceptual de lo político**: lección inaugural en el Collège de France. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 2003
- SHAREEF, Mohammed. **The United States, Iraq and the Kurds**: shock, awe and aftermath. London, Routledge, 2014.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Traité de Versailles**. 1919. Disponível em: <https://www.herodote.net/Textes/tVersailles1919.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Treaty of Peace Between The Allied & Associated Powers and Turkey**. 10 de agosto de 1920. Disponível em: [http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres\\_ENG.pdf](http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres_ENG.pdf). Acesso em 14 de novembro de 2019.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Draft mandates for Mesopotamia and Palestine : as submitted for the approval of the League of Nations**. 1921. Disponível em: [https://archive.org/stream/draftmandatesfor00leagrich/draftmandatesfor00leagrich\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/draftmandatesfor00leagrich/draftmandatesfor00leagrich_djvu.txt). Acesso em 25 de julho de 2019.
- THE NEW YORK TIMES. Confrontation in the Gulf; Transcript of Bush-Gorbachev News Conference at Summit. **The New York Times**. New York, 10 set. 1990. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/09/10/world/confrontation-in-the-gulf-transcript-of-bush-gorbachev-news-conference-at-summit.html>. Acesso 28 de setembro de 2019.